

PRIMEIROS SOCORROS: DESAFIOS E NECESSIDADES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA)

Carlos Alberto Sousa da Silva¹
Sergio Ricardo Pereira Cardoso²

RESUMO

Acidentes são comuns de acontecer no ambiente escolar havendo a necessidade de formações de professores em primeiros socorros, pois são os primeiros a estar em contato com os alunos em situações de urgência. A deficiência de conhecimento técnico-científico apropriado pode levar a procedimentos inapropriados no atendimento de escolares vítimas de acidentes, ocasionando sequelas e podendo evoluir para óbitos. O estudo objetivou investigar em que medida os trabalhadores da educação do IFPA possuem conhecimentos e domínio em primeiros socorros. Afim de discutir quais seriam os desafios e necessidades que possuem referente aos primeiros socorros dentro do ambiente escolar. A amostra desta 135 trabalhadores da educação, com representação de todos os 18 campi e da reitoria, e das três categorias: docentes, técnicos administrativos e terceirizados. Onde pode se constatar que é real a deficiência de grande parte dos trabalhadores da educação em atuarem em situações de precisam de conhecimento e domínio em primeiros socorros, assim como o desconhecimento da Lei nº 13.722 de 2018 que trata da obrigatoriedade dos estabelecimentos de educação básica, de capacitar seus professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros.

Palavras-Chave: Educação. Trabalhadores da educação. Primeiros Socorros.

FIRST AID: CHALLENGES AND NEEDS OF EDUCATION WORKERS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF PARÁ (IFPA)

ABSTRACT

Accidents are common to happen in the school environment with the need for teacher training in first aid, because they are the first to be in contact with students in emergency situations. The deficiency of appropriate technical-scientific knowledge can lead to inappropriate procedures in the care of schoolchildren victims of accidents, causing sequelae and may evolve into deaths. The study aimed to investigate to what extent IFPA education workers have knowledge and mastery in first aid. In order to discuss what would be the challenges and needs they have regarding first aid within the school environment. The sample of these 135 education workers, with representation of all 18 campuses and the rectoria, and the three categories: teachers, administrative technicians and outsourced. Where it can be seen that the deficiency of a large part of education workers in working in situations of need of knowledge and mastery in first aid is real, as well as the lack of knowledge of Law No. 13,722 of 2018 that deals with the obligation of basic education establishments to train their teachers and employees in the basics of first aid.

Key Words: Education. Education workers. First Aid.

Data de aprovação: 29.12.2023

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Santarém, Pará, Brasil. ORCID: 0000-0001-7360-8234. E-mail: carlos.alberto@ifpa.edu.br.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Bragança, Pará, Brasil. ORCID: 0000-0001-5634-5604 . E-mail: sergio.ricardo@ifpa.edu.br

INTRODUÇÃO

Primeiros Socorros (PS) são os cuidados iniciais que precisam ser prestados ligeiramente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em ameaça a sua vida, com o fim de manter as funções vitais e impedir o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de ajuda qualificada. Qualquer pessoa treinada poderá prestar os PS, conduzindo-se com calma, compreensão e confiança. O conhecimento sobre noções básicas em primeiros socorros é uma temática pertinente no atual contexto de ensino brasileiro e principalmente no ensino básico.

Políticas públicas educacionais tem sido criadas afim de garantir maior seguridade para os estudantes, dentre elas temos a Lei nº 13.722 de 4 de outubro de 2018, popularmente conhecida como Lei Lucas, nome dado devido ao falecimento de Lucas Begalli, por asfixia durante um passeio escolar, causada por engasgo com um pedaço de salsicha do cachorro quente, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de educação básica, seja público ou privado, de capacitar seus professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros (BRASIL, 2018).

Lei essa, que abrange professores e funcionários da escola, que trataremos como trabalhadores da educação, termo utilizado para designar indistintamente todos os segmentos que compõem o quadro de pessoal de uma escola: professores/as, especialistas e funcionários/as. No caso do IFPA, docentes, técnicos administrativos e prestadores de serviços terceirizados. O termo surge no Brasil em uma conjuntura de mobilizações dos trabalhadores, devido as greves de 1978-1979, evidenciando uma tendência organizativa das entidades estaduais de professores nesse período, e a partir da promulgação da Constituição de 1988 e das reformas na Legislação Sindical, permitindo a greve e a sindicalização no setor público, várias entidades estaduais se reestruturam ou se unificam, dando origem a sindicatos que trazem em sua denominação a nomenclatura “trabalhadores da educação” (CARDOSO, 2010).

Esse contexto impõe alguns questionamentos: Os trabalhadores da educação do IFPA possuem conhecimentos acerca dos primeiros socorros? Os trabalhadores da educação do IFPA estariam recebendo formações bem como preconiza a legislação? Quais dos desafios e necessidades referente a temática de PS que os trabalhadores da educação do IFPA possuem?

Essas indagações conduziram à identificação de uma necessidade no campo das pesquisas circunscritas no Ensino Básico que se voltem para os sujeitos desse processo, o que nos leva a identificar, no contexto escolar, o que pensam e o que querem os trabalhadores da educação no que tange a tônica dos PS.

Neste artigo, objetivamos investigar em que medida os trabalhadores da educação do IFPA possuem conhecimentos e domínio em primeiros socorros. Afim de discutir quais seriam os desafios e necessidades que possuem referente aos PS dentro do ambiente escolar. Consideramos avançar nessa pesquisa ao apresentarmos como esses trabalhadores se situam nesse processo de formação, frente à implementação da Lei Lucas.

Isto posto, este texto se propõe a contribuir com uma reflexão autêntica e reveladora, a partir do olhar do trabalhador da educação, problematizando a atual situação quanto aos seus níveis de conhecimentos em PS, e suas reais necessidades em seu cotidiano escolar.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O IFPA teve seu início como Escola de Aprendizes e Artífices e abarcava o ensino primário, cursos de desenho e oficinas de marcenaria, funilaria, alfaiataria, sapataria e ferraria. Em 1930, a Escola de Aprendizes transforma-se em Liceu Industrial do Pará e, em 1942, em Escola Industrial de Belém. Já na década de 1960, alterar-se em Autarquia Federal com autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. Assim passa a proporcionar a educação

profissional de nível médio e cursos técnicos de edificações e estradas, passando a ser nomeado de Escola Industrial Federal do Pará, quando foram instituídos os cursos de agrimensura e eletromecânica (IFPA, 2023).

Com a Lei Federal que regulamenta a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, no seu artigo 5º, inciso VIII, "mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá", o IFPA é oficialmente criado. E hoje, o IFPA é formada por 19 unidades, sendo 18 *Campi*, dentre estes 1 *Campus* Avançado, e a Reitoria, e tem como visão "promover educação profissional, científica e tecnológica com base cidadã, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, colaborando com o desenvolvimento sustentável da região amazônica" (IFPA, 2022).

O IFPA atualmente conta com mais de três mil trabalhadores da educação, termo utilizado para designar indistintamente todos os segmentos que compõem o quadro de pessoal de uma escola: professores/as, especialistas e funcionários/as. No caso do IFPA, docentes, técnicos administrativos e prestadores de serviços terceirizados. O termo "trabalhador em educação", apesar de parecer auto explicativo, pode provocar inúmeras e distintas interpretações, não sendo, ele mesmo, consenso entre os profissionais da educação, que procuram uma nomenclatura mais adequada ao atendimento das demandas pela construção da identidade.

A tentativa de se constituir uma identificação homogeneizadora, sob o termo "trabalhadores da educação", seria um modo de assegurar uma espécie de cerne comum a todos os membros de uma classe, conferindo-o uma base identitária supostamente mais intensa e substancial, que extrapola suas individualidades ou especificidades de atuação, situada na ideia de que todos constituiriam trabalhadores (MARTUCCELLI, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/96), propõe uma concepção de escola, onde, em seu artigo 1º, propõe uma nova concepção de educação, que passa, de agora em diante, a ser definida como processo abarca à formação global do indivíduo, vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática. Materializa-se assim, gradativamente, uma concepção de educação cidadã, que se afasta de modelos pedagógicos padronizados e excludentes, em favor de um espaço de aprendizagens colaborativas e interativas, que considerem todos os integrantes da escola protagonistas do processo educativo, o que significa que todos os trabalhadores da educação de uma escola são agentes diretos na formação do estudante (BRASIL, 2004).

Sendo todos os trabalhadores agentes da formação dos estudantes, todos precisam estar em constante capacitação do seu fazer. De acordo com Pimenta (2007), a formação de continuada tornou-se uma das inquietações da escola contemporânea, uma vez que:

Levando em consideração que o processo formativo do ser humano integral é uma contínua resignificação de saberes, valores e atitudes, chegamos ao consenso de entender essa formação como uma educação permanente, que necessita de continuidade ao longo da carreira - formação contínua (PIMENTA, 2007, p. 71)

A formação de trabalhadores da educação tem sido entusiasmada pelas mudanças sociais, tecnológicas, científicas, ambientais que transcorrem em sua volta, e diante destas mudanças, percebe-se que a formação continuada, poderá buscar o aprimoramento constante das ações do desse trabalhador, para que possa melhorar a práxis educacional. Deste modo, a formação continuada, consiste em táticas voltadas para a obtenção de conhecimentos e aperfeiçoamento de capacidades para potencializar a atuação dos trabalhadores da educação na escola (RODRIGUES, 2006).

Gatti et al., (2019) ponderam que a composição da profissionalidade do trabalhador da educação, demanda que o mesmo possua uma formação inicial consistente e formação

continuada como ampliação e atualização. Nesta perspectiva, para as autoras “com vistas a construção da profissionalidade docente, os caminhos formativos se definem mediante a condução dos conhecimentos de senso comum preexistentes aos conhecimentos fundamentados que sustentam práticas pedagógicas” (GATTI et al., 2019, p. 40).

As formações continuadas são imprescindíveis a todos trabalhadores da educação e principalmente os da educação profissional e tecnológica, principalmente as que atendam políticas públicas educacionais. Uma dessas políticas públicas educacionais, resulta da parceria realizada entre os atores governamentais Ministério da Saúde e Ministério da Educação, apresentada como Lei nº 13.722 de 4 de outubro de 2018, popularmente conhecida como Lei Lucas, nome dado devido ao falecimento de Lucas Begalli, por asfixia durante um passeio escolar, causada por engasgo com um pedaço de salsicha do cachorro quente, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de educação básica, seja público ou privado, de capacitar seus professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros (BRASIL, 2018).

Primeiros Socorros (PS) são os cuidados iniciais que precisam ser prestados ligeiramente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em ameaça a sua vida, com o fim de manter as funções vitais e impedir o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de ajuda qualificada. Qualquer pessoa treinada poderá prestar os PS, conduzindo-se com calma, compreensão e confiança.

Em vista desse contexto, os trabalhadores da educação podem contribuir para salvar a vida de muitos estudantes, diminuindo a taxa de mortalidade e acidentes que ocorrem no ambiente escolar, haja vista que com condutas incorretas, potencializar os traumas sofridos pelos estudantes na tentativa de auxiliar na emergência, ou ainda, não prestar socorro. Formações continuadas em PS, assume uma função essencial nas escolas, pois a ausência de conhecimento do trabalhador da educação, pode ocasionar numerosos problemas, como a manipulação incorreta de vítimas e a solicitação, às vezes, desnecessária do socorro especializado (GUERREIRO et al., 2014; FIORUC et al., 2008). Entende-se que as ações executadas de imediato no local da ocorrência do infortuno contribuem para a sobrevivência da vítima (OLIVEIRA et al., 2015).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de campo, descritivo com abordagem quali-quantitativa, devido está voltado a um grupo de indivíduos e pretende-se, com a coleta de dados, a obtenção, compreensão, interpretação e descrição de forma sistemática das informações referentes a um problema, para o qual se busca encontrar respostas ou soluções. (MARCONI & LAKATOS, 2010). O cenário desta investigação foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Tendo como os locais para a realização da pesquisa os 18 *campi* e uma reitoria.

No que se refere a amostragem da pesquisa, foi utilizada a tipologia "não probabilística" por conveniência/acessibilidade, ou seja, os participantes não foram selecionados aleatoriamente. Assim, a amostragem que envolve trabalhadores da educação do IFPA foi escolhida de forma que atenda aos objetivos deste estudo e atendendo aos critérios de ser servidor no IFPA e possuir mais de três anos de serviço na instituição, o que provavelmente faria com que o mesmo tivesse mais conhecimento do objeto de pesquisa dentro do IFPA. Participaram da pesquisa 135 trabalhadores da educação, com representação de todos os campi e da reitoria, e das três categorias: docentes, técnicos administrativos (TAE) e terceirizados.

A coleta de dados ocorreu no período de setembro de 2023 a novembro de 2023, mediante a aplicação de um questionário *on-line*, que foi enviado aos *e-mails* dos participantes, com perguntas abertas e fechadas, que permitiu o levantamento de informações referentes aos conhecimentos em primeiros socorros. Os dados obtidos através da aplicação do referido

instrumento foram tabulados e transformados em tabelas e gráficos. Assim, procedeu-se a análise e discussão dos achados com base na literatura produzida sobre o tema.

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, e, em seguida, direcionada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de nº 69026923.9.0000.5173, sendo aprovado com o parecer nº 2.031.689.

3 RESULTADOS

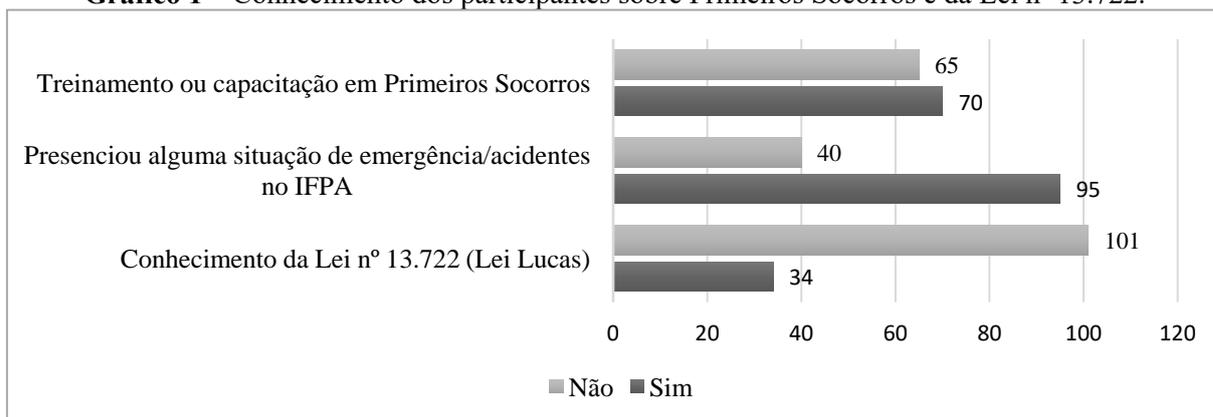
Com base nos dados coletados, participaram da pesquisa 135 trabalhadores da educação, sendo 54,8% homens e 45,2% mulheres, sendo eles 58,5% docente, 40% Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e 1,5% terceirizados. Quanto à formação, 5,9% possuíam graduação, 34,1% possuíam especialização, 40,7% possuíam mestrado, 17,8% possuíam doutorado e 1,5% possuíam pós doutorado. Em relação ao tempo de vínculo com o IFPA, 18,5% atuavam a menos de 3 anos, 29,6% atuavam de 3 a 6 anos, 23,7% atuavam de 7 a 10 anos, 18,5% atuavam de 11 a 14 anos e 9,7% atuavam a mais de 15 anos. Podemos verificar a caracterização dessa amostra na Tabela 1. No que diz respeito à atuação profissional apenas 77% (104) trabalhadores da educação que atuavam diretamente com o ensino básico.

Tabela 1- Caracterização dos participantes

Variável	Significado	n = 135	%
Sexo	Masculino	74	54,8
	Feminino	61	45,2
Grupo de servidores	Docente	79	58,5%
	TAE	54	40%
	Tercirizado	2	1,5%
Tempo de vínculo com o IFPA	< 3 anos	25	18,5%
	3 - 6 anos	40	29,6%
	7 - 10 anos	32	23,7%
	11 - 15 anos	25	18,5%
	> 15 anos	13	9,7%
Formação acadêmica	Graduação	8	5,9%
	Especialização	46	34,1%
	Mestrado	55	40,7%
	Doutorado	24	17,8%
	Pós-doutorado	2	1,5%

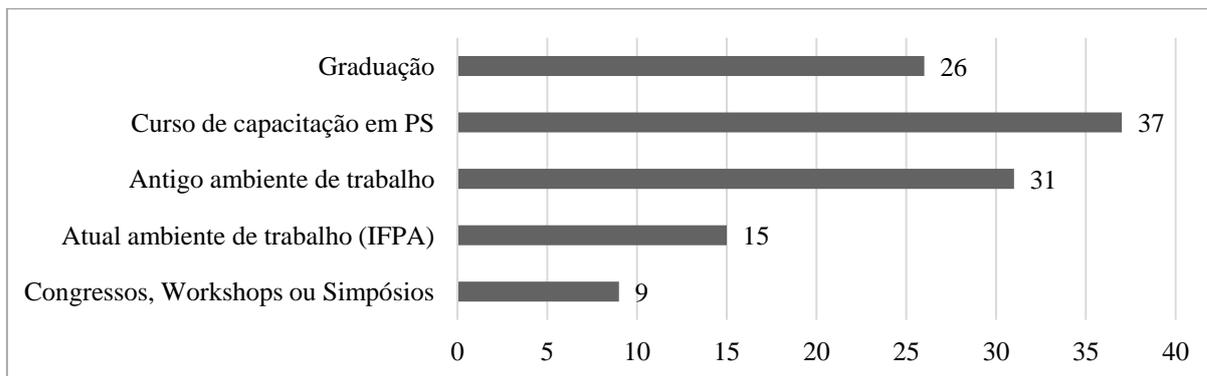
Fonte: Autoria Própria.

No que se refere ao conhecimento dos trabalhadores da educação do IFPA sobre a Lei nº 13.722 de 4 de outubro de 2018, popularmente conhecida como Lei Lucas, 74,8% não conheciam e 25,2% já conheciam. Em relação às capacitações referentes a primeiros socorros, 51,9% possuíam e 41,8% não possuíam formação sobre a temática. Sobre as vivências dos participantes em presenciar situações de primeiros socorros no IFPA, 70,4% afirmaram terem presenciado e 29,6% afirmaram que não tiveram presenciado situações de emergências no IFPA, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Conhecimento dos participantes sobre Primeiros Socorros e da Lei nº 13.722.

Fonte: Autoria Própria.

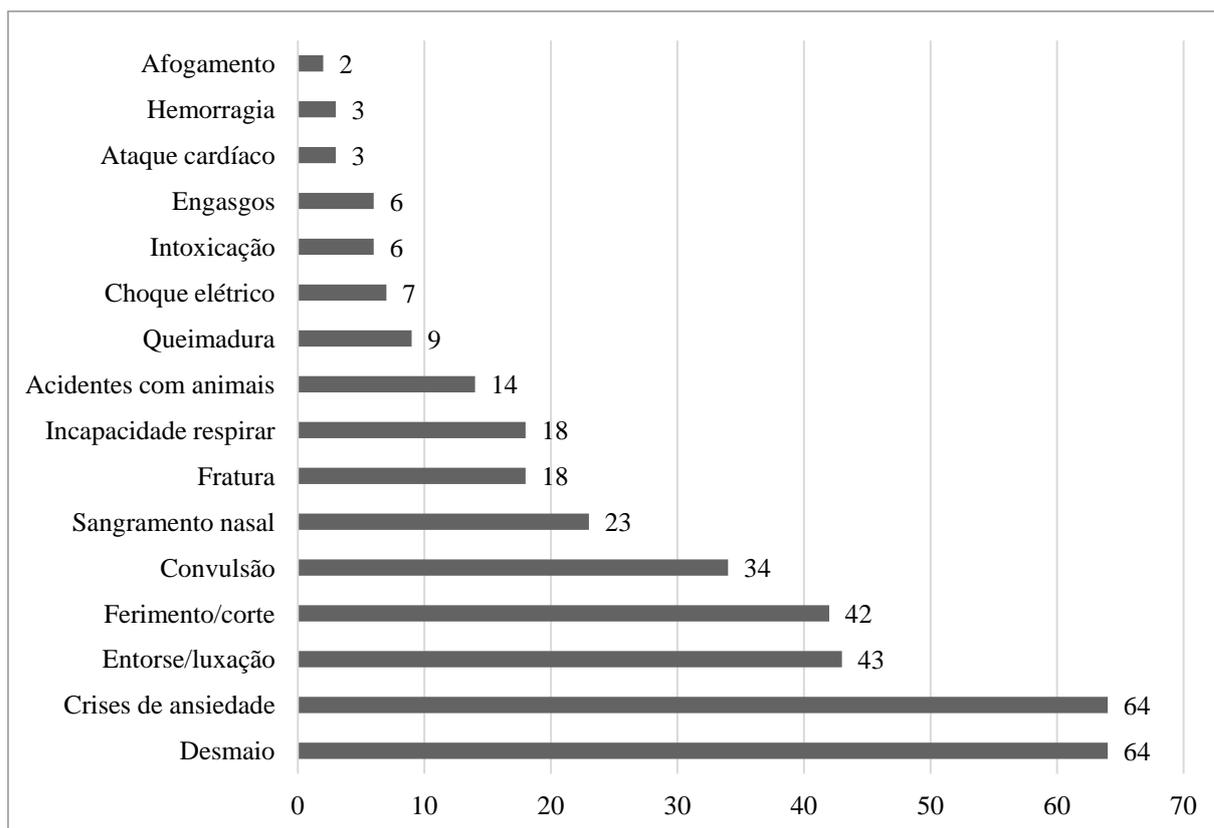
Quanto aos locais onde os 65 participantes tiveram as capacitações referentes a primeiros socorros, puderam responder em mais de um local, tivemos 26 participantes que tiveram essa capacitação na graduação, 37 participantes fizeram em algum curso específico de PS, 32 participantes tiveram em seus antigos empregos, 15 participantes tiveram no IFPA e 9 participantes tiveram essa capacitação em algum congresso/workshop/congresso, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2: Locais onde os participantes já obtiveram capacitações em PS.

Fonte: Autoria Própria.

Ao analisar os resultados quanto as principais situações de urgência/emergência presenciadas pelos participantes no IFPA, puderam responder mais de um tipo, tivemos: afogamento (2), hemorragia (3), ataque cardíaco (3), engasgo (6), intoxicação (6), choque elétrico (7), queimadura (9), acidente com animal peçonhento (14), incapacidade de respirar (18), fratura (18), sangramento nasal (23), convulsão (34), ferimento/corte (42), entorse/luxação (43), crise de ansiedade (64) e desmaio (64), conforme Gráfico 3.

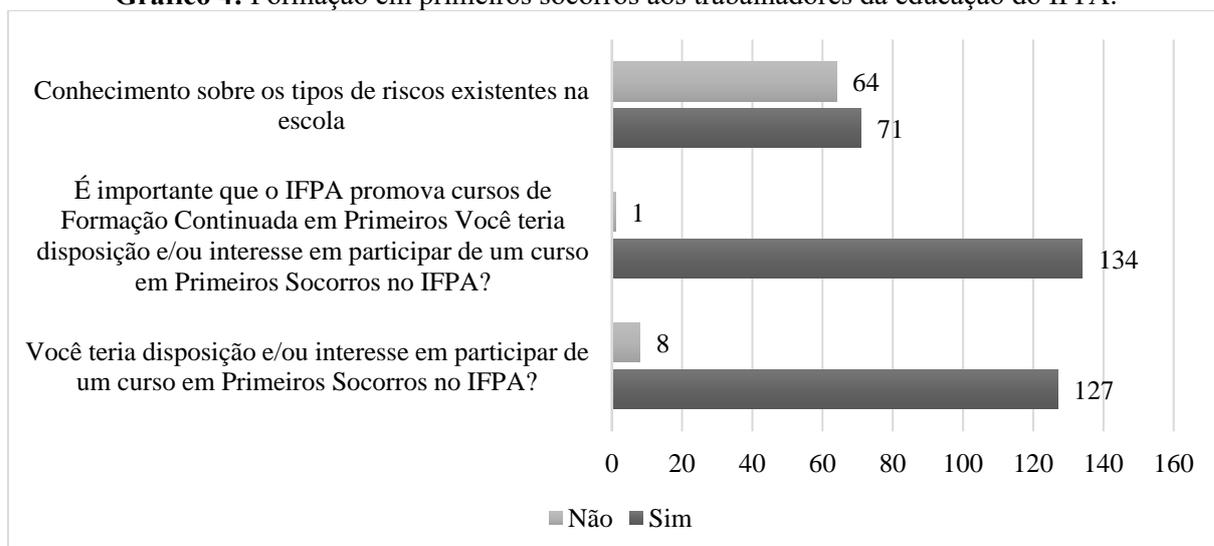
Gráfico 3: Principais situações de urgência/emergência presenciadas pelos participantes no IFPA



Fonte: Autoria Própria.

Sobre questões referentes aos conhecimentos dos participantes quanto aos tipos de riscos existentes no ambiente escolar 52,6% afirmaram conhecer e 47,4% desconhecem. Quanto à disponibilidade de participação em uma formação aos trabalhadores da educação do IFPA, referente a primeiros socorros, 94,7% afirmaram ter interesse e 5,9% não. Sendo que 99,3% afirmaram ser importante que o IFPA promova formações continuadas em primeiros socorros aos seus servidores, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4: Formação em primeiros socorros aos trabalhadores da educação do IFPA.



Fonte: Autoria Própria

4 DISCUSSÃO

A Lei Lucas surgiu devido ao falecimento do menino de 10 anos. Lucas Begalli Zamora, em setembro de 2017 estava sob supervisão dos funcionários da escola em um passeio escolar, se engasgou com um cachorro quente, apresentou asfixia mecânica, sete paradas cardíacas e depois de cinquenta minutos de tentativas falhadas em lhe prestarem os primeiros socorros, veio a óbito. Diante disso, a criação dessa Lei tende proporcionar e oferecer aos pais e responsáveis, um cenário de maior conforto e segurança, para que seus filhos não estejam expostos a situações de emergências no âmbito escolar e recreativo. Acidentes ocorrem a todo lugar e momento, assim tornando-se obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimento de recreação infantil (PROJETO DE LEI, 2018).

Assim como em um estudo realizado na cidade de Belém no estado do Pará, que teve como um dos objetivos analisar o entendimento dos funcionários de uma escola de ensino fundamental sobre primeiros socorros, teve como resultado que dentre os profissionais que realizaram a pesquisa, 90% desconheciam a existência e finalidade da Lei Lucas, assim como em nosso estudo onde a maioria dos participantes também não tinha esse conhecimento (FREITAS et al., 2023).

Incidentes nos ambientes escolares são frequentes, e o fato é que ainda há carência de conhecimentos em primeiros socorros pelos trabalhadores da educação e dos centros de recreação infantil. Apesar da importância sobre essa temática no Brasil, o ensino de primeiros socorros ainda é pouco disseminado, pois o desconhecimento sobre o assunto e o auxílio a vítimas em situações de urgência/emergência ainda é considerável apenas pelo impulso da solidariedade, sem treinamento apropriado, o que pode causar danos irreparáveis (SOUZA et al., 2020; MOURA et al., 2018)

Em estudos sobre o tema, notou-se os *déficit* dos trabalhadores da educação acerca dos primeiros socorros, onde muitos não se sentem preparados para atuarem em situações que necessitem deste conhecimento, o que se percebeu que os professores da área de educação física são os que normalmente possuem alguma formação sobre a temática dentro da escola, algumas vezes por ter sido ofertada no seu currículo de formação ou por ter ido em busca desse conhecimento devido muitos dos acidentes ocorrerem em suas aulas práticas. Outros estudos demonstram o despreparo em relação aos primeiros socorros, desde a formação do professor, o que corrobora para seu pouco conhecimento e dificuldade de prestar o socorro corretamente (CABRAL; OLIVEIRA, 2019; COSTA; NUNES, 2016).

Nossos achados corroboram com um estudo realizado com profissionais de nível superior de sete escolas no estado do Mato Grosso (MT), verificou que 43% destes profissionais nunca fizeram um treinamento referente a noções de primeiros socorros, assim como neste estudo onde 41,8% não possuíam formação sobre a temática, ainda no estudo no MT, no teste de conhecimento demonstraram média de acerto de 46,1% mostrando déficit de conhecimento (BRITO et al., 2020). No estudo de Leite et al., (2018) em uma escola no estado de Pernambuco, encontrou que 88% dos trabalhadores da educação pesquisados em seu estudo, afirmaram nunca receberam nenhum tipo de treinamento ou capacitações sobre Primeiros Socorros. Resultado que é ainda mais alarmante, pois assinalam uma carência muito grande no que diz respeito a treinamentos e capacitações sobre os primeiros socorros voltados para os trabalhadores da educação.

Como podemos ver apenas 26 participantes tiveram em sua graduação o conteúdo de primeiros socorros, por se tratar de trabalhadores da educação, onde a maioria das licenciaturas não ofertam esse conteúdo, quase que exclusividade em algumas licenciaturas em educação física, entende-se um dos motivos dessa falta de formação, ainda quando comparamos aos dados

das formações em primeiros socorros dentro do IFPA, onde apenas 15 participantes afirmaram ter tido, traz à tona essa carência dentro da instituição.

Quanto as vivências dos participantes em presenciar situações de primeiros socorros no IFPA, a porcentagem que afirmou já ter vivenciado é muito similar ao estudo de Ilha *et al.* (2021), onde em seu estudo 71,1% afirmaram terem presenciado situações de primeiros socorros na escola e 28,9% afirmaram que não tiveram contato com situações que exigissem essas ações.

A escola embora seja considerando um ambiente seguro, está sujeita a ocorrência de incidentes, principalmente em aulas práticas, como as aulas práticas de educação física, visto que aproximadamente 50% das lesões e acidentes escolares, ocorrem nela (SOLTOVSKI *et al.*, 2017). Segundo Conti e Zanata (2014), os cinco principais acidentes que nos deparamos no contexto escolar, são: quedas, fraturas, escoriações, cortes com vidro e choque elétrico.

A comunidade escolar possui fundamental importância na efetivação de ações que buscam à melhora da qualidade de vida de seus alunos e das condições de promoção à saúde e educação, direitos fundamentais previstos pela legislação (KIRST, 2015).

Referente as principais situações de emergência vivenciadas pelos trabalhadores da educação do IFPA, percebeu-se as crises de ansiedades e desmaios como as mais incidentes, o que não se percebe na literatura sobre o tema, assim como em estudos sobre primeiros socorros no ambiente escolar não se apresenta uma conduta para situações de crises de ansiedade. De acordo com Andrade, De Souza (2020), muitos estudantes se deparam em alta pressão psicológica. Por parte da família, que cobra o sucesso do estudante. Outras vezes, a escolar que exige um nível elevado de nas disciplinas ofertadas. Além desses, outro ponto colaborador é a auto cobrança que é internalizada pelo jovem/adolescente, que escuta tanto sobre a perspectiva de futuro da idealizada graduação ou emprego de sucesso. É imprescindível debater e pesquisar sobre ansiedade nos jovens/adolescentes, pois ela está em volta de extremos fatores que se limitam na decisão e no agir durante seu percurso formativo ou entrada no mercado de trabalho.

Formações sobre socorros psicológicos no ambiente escolar devem ser realizadas afim de capacitar os trabalhadores da educação diante desse novo dado encontrado no estudo. Positivamente encontramos interesse e disponibilidade da maioria dos participantes da pesquisa em participarem de formações em primeiros socorros como observado no gráfico 4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acidentes ocorrem em uma diversidade de locais, como no caso ambientes escolares, e com os mais variados públicos, as pessoas que prestam os primeiros socorros à vítima precisam ter aptidões para executá-los corretamente pois, os cuidados prestados de forma inadequada podem agravar o quadro das vítimas do acidente. Os trabalhadores da educação, por serem os sujeitos mais próximos aos discentes acidentados no ambiente escolar, precisam de noções sobre primeiros socorros, uma vez que muitas vidas podem ser salvas, traumas e sequelas minimizadas quando o socorro é prestado de imediato (SILVA *et al.*, 2017).

Os resultados encontrados reiteram a precariedade dos conhecimentos e habilidades em primeiros socorros pelos trabalhadores da educação do IFPA, onde o assunto ainda é pouco disseminado no meio escolar, sendo limitado na maioria das vezes aos profissionais da área da saúde, ou relacionado a ela. Podendo levar a atitudes impróprias nos atendimentos às vítimas de acidente, tendo como consequências sequelas e até mesmo o óbito. Diante disto, ações educativas em primeiros socorros devem ser planejadas e realizadas, devendo ser realizadas anualmente conforme o disposto na Lei nº 13.722 de 2018.

A escola tem um papel necessário e crescente, na promoção da saúde, controle e prevenção de acidentes para seus diversificados públicos, tornando-se, assim, primordial a presença de profissionais capacitados para avaliar e conduzir as situações emergenciais que,

eventualmente, possam ocorrer no ambiente escolar. Afinal, apesar da educação em saúde já existir a muito tempo, sua ação evidencia atualmente, muita fragilidade na sua concretização, tendo em vista que os serviços de saúde dão pouca importância às ações educativas, assim como a escola deixa tais formações apenas para após o acontecimento de incidentes (BRASIL, 2014).

Para tanto, se faz necessário a busca incessante por estratégias que auxiliem no planejamento formações em primeiros socorros nos ambientes escolares, ações que atendam as principais situações de urgência/emergência encontradas no estudo. Sugerem-se novos estudos que investiguem o conhecimento dos trabalhadores da educação em primeiros socorros, assim como as formações em primeiros socorros no ambiente escolar, afim de concluir qual metodologia é mais efetiva na melhoria de conhecimentos e habilidades desses profissionais sobre a temática. Também, faz-se necessário incentivar a parceria entre os trabalhadores da educação e da saúde a fim de executarem formações no ambiente educacional, auxiliando a construção de novos conhecimentos, estratégias, competências e habilidades em para atuar em situações de primeiros socorros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018.** Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 4 out. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, da Constituição Federal.** Art. 2. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 08 out. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação:** em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRITO JG, OLIVEIRA IP, GODOY CB, FRANÇA AP. Efeito de capacitação sobre primeiros socorros em acidentes para equipes de escolas de ensino especializado. **Rev. Bras. Enferm.** [Internet]. 2020; 73(2).

CABRAL EV, OLIVEIRA MF. Primeiros socorros na escola: conhecimento dos professores. **Revista Práxis.** 2019; 11(22): 97-106.

CARDOSO, M.E. Trabalhadores da educação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

CONTI, Késia L. M. de; ZANATA, Shalimar C. **Acidentes no ambiente escolar** – uma discussão necessária. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2014. Curitiba: SEED/PR, 2016, V. 1 (Cadernos PDE).

COSTA OC NUNES LA. Nível de conhecimento em Primeiros Socorros dos Professores de Educação Física das Escolas de São Luís/MA. **Revista Ceuma Perspectivas.** 2016; 28(2).
DE SOUZA, C. M. **Ansiedade e Desempenho Escolar no Ensino Médio Integrado.** Pouso Alegre: Univás, 2020.

FIORUC, B.E.; et al. Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo. **Rev Eletr Enf** [Internet]. 2008 Jul/Sept [cited 2017 Dec 22];10(3):695-702.

FREITAS, Jessika Brenda Quaresma de; et al. Lei Lucas: primeiros socorros em uma escola estadual de ensino fundamental. **Revista de Enfermagem UFJF**, 2023; 9(1): 1-14.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de Almeida (Org.). **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GUERREIRO, E.M.; TORRES, C.A.; RODRIGUES, D.P.; QUEIROZ, A.B.A; FERREIRA, M.A. Educação em saúde no ciclo gravídico-puerperal: sentidos atribuídos por puérperas. **REBEn** [Internet]. 2014 Jan/Feb [cited 2017 Dec 22];18(1):55-60.

IFPA. **Histórico do IFPA**. Disponível em: <https://dti.ifpa.edu.br/o-que-e-rss/2-uncategorised/299-historico-do-ifpa>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

IFPA. **Resolução Conselho Superior (CONSUP) IFPA/CONSUP - Nº 675/2022, de 29 de abril de 2022**. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/resolucoes-ifpa>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

ILHA, A.G.; COGO, S.B.; RAMOS, T.K.; ANDOLHE, R.; BADKE, M.R.; COLUSSI, G. Educational actions on first aid for early childhood education teachers: a quasi-experimental study. **REV ESC ENFERM USP**. 2021;55:e20210025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0025>.

KIRST, F.S.D. **Os programas 'Saúde Na Escola' e 'Saúde e Prevenção nas Escolas': dos riscos biopolíticos à estratégia de governo dos sujeitos escolares**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2015.

LEITE, Hellen Samara Nunes *et al.* Primeiros socorros na escola: conhecimento da equipe que compõe a gestão educacional. **Temas em saúde FIP**. Edição Especial. João Pessoa, 2018. ISSN 2447-2131. Disponível em: <https://temasensaude.com/wp-content/uploads/2018/10/fip201819.pdf>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo. Atlas, 2010.

MARTUCCELLI, D. **Grammaires de l'individu**. Paris: Gallimard, 2002.

MOURA, R. L. et al. Primeiros socorros: objeto de educação em saúde para professores. In: **Anais Do I Congresso Norte Nordeste De Tecnologias Em Saúde** [internet] 2018; 1(1). Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/connts/index>.

OLIVEIRA, M.R. et al. Concepção de graduandos de enfermagem sobre a prática de educação em saúde em primeiros socorros. **Rev Rene**, v.16, n. 2, p. 150-158, mar-abr, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12643>. Acesso em: 05 out. 2022.

PIMENTA, J. I. P. B. **Necessidades formativas e estratégias de Formação Contínua de Professores: observação e análise de um programa de formação de professores.**

Dissertação (Pós-Graduação em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

PROJETO DE LEI. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1639155>. Acesso em 21 de março de 2024.

RODRIGUES, M.A.P. **Análise de práticas e de necessidades de formação.** Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

SILVA LGS, COSTA JB, FURTADO LGS, TAVARES JB, COSTA JLD. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente: intervenção em unidade de ensino. **Rev. Bras. Enferm.** 2017; 8(3):25–9.

SOLTOVSKI, Wesley; SOUZA, Geovana de; COSTA, Cristiane A. **Principais lesões encontradas nas aulas práticas de educação física em três escolas da rede estadual de ensino da cidade de Ponta Grossa – PR.** 2017. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Sant’Ana, Ponta Grossa, 2017.

SOUSA, Ana Paula Moreira de; RIZZO, Deyvid Tenner de Souza; DOMINGUES, Gisele da Silva Barbosa. Conhecimento do professor de educação física sobre primeiros socorros no ambiente escolar. **Intinerarius Reflectionis.** v. 16 n. 3. 2020.

SOUZA, M.F.; et al. Conhecimento dos educadores dos centros municipais de educação infantil sobre primeiros socorros. **Revista Nursing** [internet] setembro de 2020; 23 (268):4624-4629. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/871/975>.